Ministério da Cultura
Secretaria do Audiovisual
SCS Quadra 09 Lote C, Torre "B" – 9º Andar
Edifício Parque Cidade Corporate - CEP: 70308-200 – Brasília/DF

REUNIÃO CNPC
COLEGIADO SETORIAL DE ARTE DIGITAL

Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às 09 horas e 43 minutos, no anexo do Ministério da Cultura, situado no Setor Comercial Sul, da Quadra 9, lote C, no Edifício Parque da Cidade, Torre B, 9º andar, reuniram-se os senhores representantes da sociedade civil do Colegiado de Arte Digital: Gabriela Silveira Barbosa – RJ; Philipe Michel Silva Soares – RN; Márcia Regina Battistella – SC; Dercio Damasceno Santa Brigida – AP; Glauber Machado Santana – BA; Gisele Neves Riker – AM; Maria Stela Cabral – SP; Paulo Rômulo Gomes Ramos – AP; André de Jesus – RS, Anderson Clayton Passos (*Hot Black*) – SE e os representantes do poder público: Caio Cesaro, Coordenador-geral de Novas Mídias da Secretaria do Audiovisual (CGNM/SAv/MinC); Lina Rocha Fernandes Távora, Coordenadora das Políticas de Cultura Digital (CPCD/SAv/MinC); Patrízia Veloso Rodrigues, servidora da Secretaria do Audiovisual (CPCD/SAv/MinC); Juliana Nepomusceno Pinto, coordenadora de conferências nacionais da Secretaria de Articulação e Desenvolvimento Institucional (SADI/MinC); Rosângela Sodré, servidora do Centro Técnico Audiovisual (CTAv/SAv/MinC) e; Suely Bálo, servidora do Centro Técnico Audiovisual (CTAv/SAv/MinC).

O senhor Caio Cesaro deu início aos trabalhos dando boas vindas aos presentes e explicou como deveriam ser procedidos os trabalhos de análise das propostas dos eixos temáticos para a IV Conferência Nacional de Cultura. O senhor André de Jesus fez a leitura do Eixo 01 "Economia da Cultura e Novas Tecnologias". A servidora Lina Távora informou que já haviam sido feitas algumas alterações no texto, oriundas da discussão realizada na reunião do colegiado no dia anterior. A senhora Maria Stela questionou a semelhança dos eixos propostos com os temas já discutidos em conferências passadas e que, inclusive, o Colegiado não obteve retorno do que foi realizado, de fato, para que os planos tivessem continuidade. Senhor Paulo complementou alegando que algumas resoluções já apontadas em conferências passadas não tiveram continuidade. Senhor Caio Cesaro explicou que nas reuniões do FNC sempre se discute a partir das metas do PNC. Enfatizou a importância de se obter um relato dos resultados alcançados pela conferência passada para a construção da próxima edição. Senhor André de Jesus lembrou certas práticas comuns para realização de projetos, como financiamento de fundo a fundo, economia solidária e economia criativa. Acrescentou que a economia solidária deve ser um conceito intrínseco dentro do eixo da economia da cultura, por fazer parte de uma política importante e existente há mais de dez anos. Comentou que existe na atualidade uma classe que não utiliza os financiamentos do governo. Propôs a inclusão da discussão, nesse sentido, dentro de um subeixo. Caio Cesaro exemplificou a cadeia econômica que a cultura gera, citou o exemplo do cinema, que, mesmo quando gratuito, move a economia local, observando que não a toa um shopping tem uma sala de cinema. O senhor Paulo

Ramos informou que o material desenvolvido no GT Glossário da Cultura servirá como referência para a construção dos textos. Maria Stela sugeriu a discussão sobre lançamento de editais para pequenas iniciativas que contemplem startups e incubadoras. Após levada à discussão o texto inserido na descrição, o senhor Anderson faz a leitura do Eixo 02 – "Infraestrutura cultural, integração e desenvolvimento". O senhor Dercio Damaceno destacou a importância de fortalecer o controle social sobre a gestão dos projetos culturais. André de Jesus defendeu a inserção de subeixos que contemplem a descentralização dos investimentos do MinC e de suas vinculadas, em especial a Funarte e a Fundação Palmares. Maria Stela ressaltou que a maioria das obras investidas pelo MinC recebem recursos iniciais para a implantação e depois são sucateados. O senhor Anderson Passos destacou a grande força social para o funcionamento de espaços públicos, defendendo a visão da ocupação de espaços abandonados para utilização por grupos sociais. Após discussão do texto, o senhor Glauber Machado faz a leitura do Eixo 03 "Cultura e sustentabilidade". A servidora do CTAv Rosângela Sodré sugeriu a supressão do eixo por já estar de alguma maneira contemplado nos demais eixos. Os representantes do Colegiado acharam relevante a manutenção do eixo. A senhora Gabriela Silveira fez a leitura do Eixo 04 "Democracia, cidadania e diversidade" e defendeu o programa Cultura Viva como um destaque em subitem a ser inserido. O senhor André de Jesus sugeriu a menção do software livre como parte fundamental dentro da produção das tecnologias. O senhor Dercio Damasceno defendeu a inclusão do termo equidade, e a importância do seu conceitual para as políticas públicas. O senhor Philipe Michel fez a leitura do Eixo 05 "Política cultural, gestão e capacitação". Ao ser levantada a questão da legislação no sentido da revisão da Lei Rouanet, o senhor Caio Cesaro mencionou as áreas contempladas no artigo 18 da referida lei, exemplificando a restrição de atividades que não podem receber 100% de incentivo, fazendo com que a legislação se torne defasada visto às mudanças e novas abrangências dentro das manifestações culturais. André de Jesus sugeriu a Lei Cultura Viva como referência de marco legal e defendeu a importância dos mecanismos de participação social em níveis estaduais e municipais, a exemplo da execução da Lei Cultura Viva no estado do Rio Grande do Sul, em que sociedade civil participa por meio de um conselho gestor. Acrescentou que a lei do estado contempla uma previsão orçamentária para investir na execução da Lei e criticou como é definido o atendimento das demandas da sociedade civil por meio da Conferência Nacional de Cultura, com a falta de transparência do poder público para o retorno de suas ações à sociedade. Maria Stela informou que existe um grupo de cinco pessoas da sociedade civil, cada uma representando uma região do país, que faz parte de um conselho gestor. A servidora Juliana Nepomuceno pediu a palavra para dar alguns informes sobre o CNPC. Juliana informou que a portaria de nomeação dos representantes da sociedade civil do Colegiado não está condizente com a realidade. Os representantes presentes ficaram de encaminhar ao CNPC os nomes corretos do Colegiado. Os representantes ainda questionaram a proposta dos suplentes estarem vinculados ao colegiado e não a um titular específico, uma vez que nem todos os titulares tem suplentes. Dercio Damasceno questionou sobre a realização da reunião do Pleno antes da dos colegiados. A senhora Juliana Nepomuceno explicou que o motivo da reunião do Pleno ter sido antes da reunião dos colegiados foi que, com base na previsão regimental, as reuniões do pleno totalizam em quatro encontros anuais e as dos colegiados, duas. Ela informou que haverá outra reunião do Pleno após essa rodada de encontros dos colegiados. Às 12h20min, o senhor Caio Cesaro encerrou os trabalhos do turno da manhã combinando com todos os presentes o retorno às 14h.

No turno da tarde, iniciado às 14h20min, ficou acordado entre os presentes que, após o término da discussão do eixo temático 6, os representantes do colegiado se reuniriam para

debater as demandas do setorial para posterior entrega à coordenação do poder público. Ao voltar à discussão dos eixos apresentados, o senhor Glauber Machado fez a leitura do Eixo 6 “Preservação e salvaguarda do patrimônio cultural”. Caio Cesaro lembrou a digitalização e a disponibilização de acervos como fator essencial a ser destacado no texto. Considerada finalizada a análise dos textos propostos, retiraram-se da sala todos os servidores representantes do Ministério da Cultura. Com retorno às 15h40min a senhora Gabriela Silveira fez a leitura da pauta preparada pelo colegiado[1]. Neste aspecto, destacou-se a recomendação sobre reconhecimento e representação das artes digitais dentro da Funarte. A senhora Maria Stela contou o histórico sobre esta recomendação e disse que ainda não está consolidado o entendimento da que a arte digital seja considerada como linguagem e complementou dizendo que a elaboração do plano setorial será de fundamental importância para clarear os próprios conceitos dentro do tema. Caio Cesaro considerou a necessidade de um debate sobre a definição do papel da arte digital, inclusive para as áreas que comporão o possível edital proposto no dia anterior. Além disso, reconheceu como desafio como o colegiado de arte digital pode contribuir para o desenvolvimento do país dentro do contexto atual e como o colegiado se posiciona e define diante dos conceitos e questões que possam ser levantadas. Defendeu que o importante neste momento é tomar as medidas mais simples, de mais fácil resolução, para garantir o diálogo e permitir o avanço das medidas. A senhora Maria Stela lembrou da contratação de consultores pelo MinC para a formulação do plano setorial e destacou que alguns colegiados conseguiram avanços, outros não. Gabriela Silveira se comprometeu a providenciar um contato direto entre os colegiados e os representantes do governo, reiterou a necessidade de acesso à página do setorial de artes digitais na plataforma do CNPC, informou que estão sendo desenvolvidos quatro grupos de trabalho acerca das artes digitais, que abarcam análise técnica da meta 43, articulação de planos estaduais, definição de escopo para um possível edital de arte digital e elaboração do plano setorial do colegiado. Em seguida, apresentou a proposta de sumário do plano setorial, já elaborada pelos colegiados, e elencou os novos encaminhamentos ao Ministério da Cultura, cuja relação encontra-se em documento anexo a esta ata. O senhor Caio Cesaro, por fim, recebeu a documentação física entregue pela coordenadora do colegiado e deu por encerrada a reunião do Colegiado Setorial de Arte Digital. Finalizando os trabalhos, da qual eu, Patrízia Veloso Rodrigues, servidora do Ministério da Cultura, lavrei a presente ata.

Brasília, 23 de novembro de 2016.

[1] As demandas, recomendações e moções do Colegiado encontram-se em documentos anexos.